

Constituição Política  
do  
Estado de Minas Geraes

Em nome de Deus  
Todo Poderoso —

Nos, os Representantes do povo mi-  
neiro, no Congresso Constituinte do Estado,  
decretamos e promulgamos esta Constituição,  
pela qual o Estado Federado de Minas  
Geraes organiza-se como parte integrante  
da República dos Estados Unidos do  
Brasil

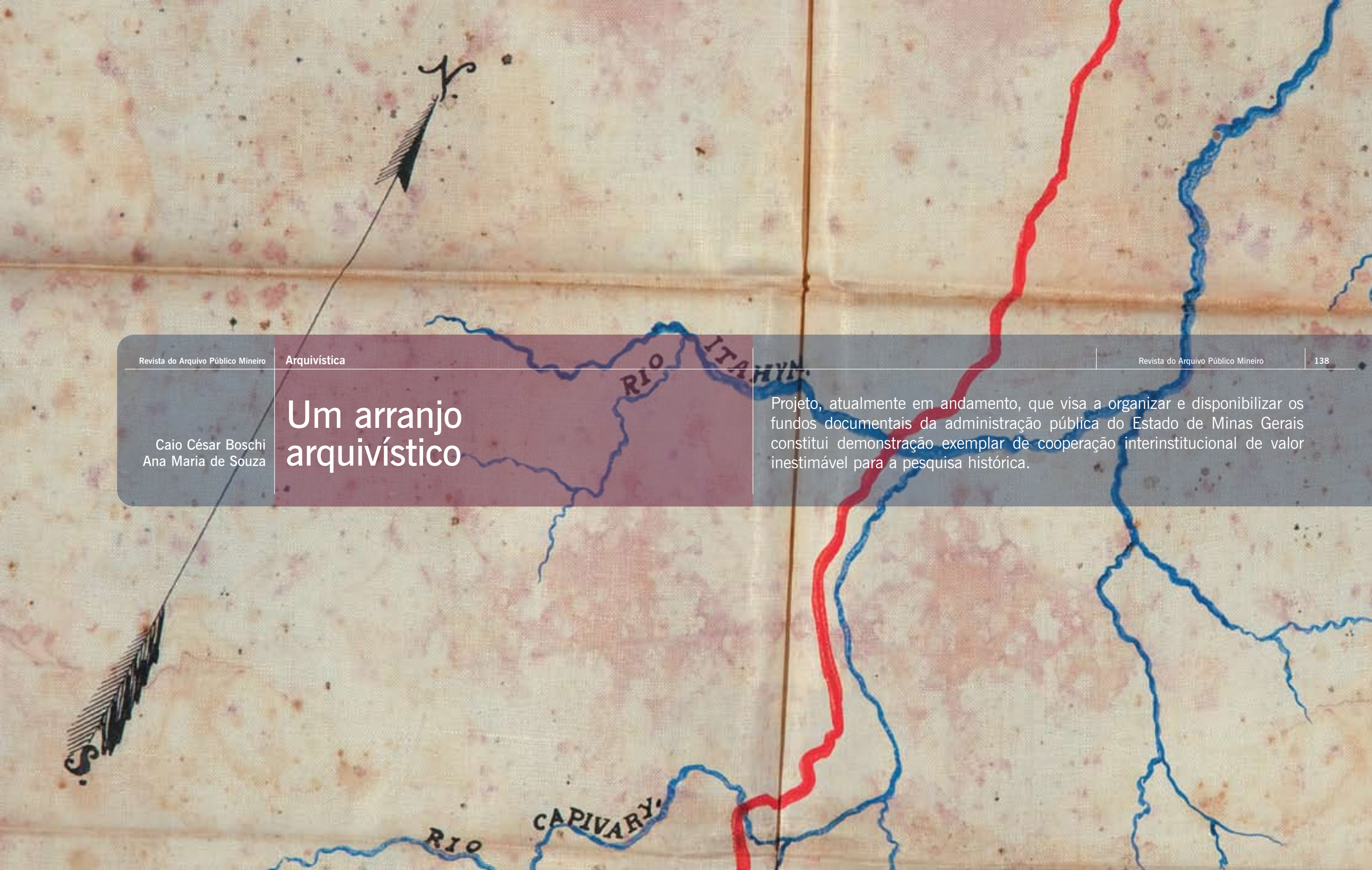
Título I  
Da organização do Estado

Artigo 1.º O Estado de Minas Geraes  
organiza-se pelas disposições da presente Constituição,  
como parte integrante da República dos Estados

Caio César Boschi  
Ana Maria de Souza

## Um arranjo arquivístico

Projeto, atualmente em andamento, que visa a organizar e disponibilizar os fundos documentais da administração pública do Estado de Minas Gerais constitui demonstração exemplar de cooperação interinstitucional de valor inestimável para a pesquisa histórica.



> Instituição guardiã de fontes históricas que têm sido, ao longo do tempo, enaltecidas pela amplitude e pela qualidade da riqueza informativa nelas contida, o Arquivo Público Mineiro (APM) vem desenvolvendo esforços e atividades com vista a apurar cada vez mais os serviços que oferece. Ainda que não se levem em conta relevantes ações – como, por exemplo, o recolhimento de novos fundos e a reformatação de outros objetivando a sua preservação e a agilização do processo de disseminação dos conteúdos –, assinalem-se, para apontar apenas dois casos recentes, os trabalhos de tratamento técnico realizados no acervo dos documentos não-encadernados da *Coleção Casa dos Contos* e do Departamento da Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops/MG.

É no âmbito de iniciativas como essas que, aqui e agora, se noticia o projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)*, implementado a partir de maio de 2006, com a chancela e o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a colaboração acadêmica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Trata-se de empreitada de vulto, pois, como o título indica, o propósito é o de proceder ao tratamento arquivístico de documentos produzidos e acumulados pela administração pública do Estado de Minas Gerais nas primeiras décadas do período republicano. Vale dizer: lidar com massa documental calculada em torno de 400 metros lineares, recolhida ao APM em aproximadamente dois mil pacotes, e que assim permaneceu até o início das atividades do projeto.

Com efeito, a estrutura administrativa do Estado foi estabelecida pela Lei nº 06, de 16 de outubro de 1891, com a criação de três secretarias; a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; a do Interior; e a das Finanças. Com a reforma dessa estrutura, ocorrida em

1901, a primeira delas foi extinta e suas atribuições, transferidas para a Secretaria do Interior e para a Secretaria das Finanças. Em 1910, pela Lei nº 516, foi instituída a Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. Para o período abrangido pelo projeto, registra-se que em 1926 foi criada, pela Lei nº 919, a Secretaria de Estado da Segurança e Assistência Pública, com as funções de polícia, segurança e saúde, desmembradas da Secretaria do Interior. Entretanto, em 1930 esse órgão foi extinto, e seus serviços retornaram à Secretaria do Interior. A última mudança substantiva data de 1935, quando, pelo Decreto nº 02, de 8 de abril, foi criada a Secretaria de Viação e Obras Públicas, desmembrada da Secretaria de Agricultura. Esses são os textos normativos básicos que norteiam os trabalhos do tratamento técnico em pauta.

Cumprе ressaltar que na documentação relativa a esses órgãos depositada no APM muito pouco advém da Secretaria das Finanças, isto é, apenas cerca de cinco metros lineares, razão pela qual esse acervo não integra as atividades do projeto. Sobre o conteúdo dessa fração documental da mencionada Secretaria, uma informação geral pode ser obtida com a consulta às páginas 90 e 91 do *Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro*, editado em 2006.<sup>1</sup>

Por outro lado, enfatize-se, desde logo, que o escopo do projeto compreende apenas os documentos não-encadernados do período republicano, porquanto a documentação encadernada, igualmente volumosa, há anos encontra-se organizada e disponível para consulta. Dentre os fundos encadernados do período republicano, destacam-se, pela complementaridade para com as fontes aqui consideradas: *Polícia*, com documentos entre os anos 1842 e 1945, totalizando 373 volumes; *Secretaria da Agricultura*, de 1891 a 1955, 1.058 volumes; *Secretaria de Viação e Obras Públicas*, no período de 1935 até 1948, 236 volumes; e, mais alentadamente, *Secretaria do Interior*, entre 1891 e 1957, com 4.341

volumes. Importante assinalar que esse manancial de documentos possui instrumento de pesquisa próprio, disponível para consulta na Sala de Referência do APM.

### Objetivos e etapas

O projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais*, que ora se apresenta, tem como objetivos:

- Higienizar e acondicionar os documentos, com o intuito de desacelerar o seu processo de degradação.
- Identificar os documentos quanto à sua proveniência.
- Definir um quadro de arranjo para sistematização da guarda dos mesmos.
- Elaborar instrumentos de pesquisa que possibilitem o acesso aos fundos documentais.
- Acessar o conjunto de fundos à consulta pública.

São cinco as etapas em que as atividades se desenrolam, a saber:

1ª - Higienização do acervo.

2ª - Identificação dos fundos documentais. Esta fase, mais demorada e complexa, inicia-se pelo levantamento das estruturas administrativas, das funções e da dinâmica de funcionamento dos órgãos integrantes da administração pública do Estado no período compreendido pelas datas-limite do projeto. Para levar a efeito essa fase dos trabalhos, cabe, primeiramente, identificar e analisar a legislação relacionada às atividades de cada secretaria, o que não é tarefa de fácil execução, dada a escassez de repertórios legislativos concernentes ao funcionamento e à evolução das estruturas administrativas. Em seguida, busca-se conhecer os processos de produção dos documentos, bem como a forma de sua acumulação e a tramitação dos mesmos. Essa análise é condição indispensável para definir a estrutura de arranjo dos documentos.

3ª - Arranjo e acondicionamento. Essa etapa consiste em organizar fisicamente os documentos, obedecendo

à estrutura de arranjo definida na etapa anterior. O acondicionamento segue as normas de preservação. 4ª - Elaboração de instrumentos de pesquisa. Equivale dizer que é desenvolvido um banco de dados específico, que permite aos pesquisadores o acesso aos instrumentos de pesquisa por intermédio de meios eletrônicos. 5ª - Acesso dos documentos a consulta pública.

A estrutura de arranjo do fundo da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, *Terras, Viação e Obras Públicas*, ficou definida em seis séries:

Série 1: Expediente

Série 2: Contabilidade

Série 3: Agricultura, comércio, indústria e mineração

Subsérie 3.1: Institutos de aprendizagem

Subsérie 3.2: Agricultura

Subsérie 3.3: Meteorologia

Subsérie 3.4: Estatística

Subsérie 3.5: Indústria e comércio

Série 4: Obras Públicas

Subsérie 4.1: Comissão de Melhoramentos Municipais

Subsérie 4.2: Comissão Construtora da Nova Capital

Subsérie 4.3: Edificações públicas

Subsérie 4.4: Construção de pontes

Subsérie 4.5: Inspetoria de Estradas de Rodagem

Série 5: Viação, estradas de ferro, navegação e linhas telegráficas

Série 6: Imigração, terras e colonização

Por seu turno, o fundo *Secretaria de Viação e Obras Públicas* compreende três séries:

Série 1: Administração

Série 2: Estradas de Rodagem e Pontes

Série 3: Edificações Públicas

### Consulta pública

Como resultado material dos trabalhos, foi elaborado, em caráter preliminar, um instrumento de pesquisa dos fundos, já disponível para consulta na Sala de



Fotografias anexas ao processo de construção da estrada entre Porto Novo e Augustura, 1912-1931. APM - (SA), subsérie 4.5, cx. 17, pc. 01. Fundo Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais, 1891-1945.

Referência do APM. Essa documentação inédita, que a partir de agora passará à consulta pública, é extremamente rica e diversificada.

Com relação ao fundo *Secretaria da Agricultura*, ressaltam-se os documentos referentes aos Institutos de Aprendizagem Agrícola, que a partir do período republicano assumem grande importância devido à necessidade de racionalização do trabalho agrícola e por propiciarem ocupação a menores infratores e órfãos. Destaca-se também a subsérie 4.5 – Inspetoria de Estradas de Rodagem, que abriga, além dos documentos textuais, um expressivo número de plantas e fotografias. Na subsérie 4.2 – Comissão Construtora da Nova Capital, encontram-se documentos de 1891 a 1901 que tratam de obras realizadas na capital pela comissão mesmo depois da inauguração oficial. Outra série de destaque é a de nº 6 – Imigração, terras e colonização, que entre outros assuntos aborda temas como as questões de concessão de terras e correspondências relacionadas à imigração.

No fundo *Secretaria de Viação e Obras Públicas*, encontra-se a continuação da documentação referente a obras no Estado a partir de 1935, com destaque para construção do Barreiro de Araxá, que se inscreve entre os balneários construídos no Brasil entre as décadas de 1920 e 1950, ou seja, num período de renovação de idéias urbanísticas no país.

Na seqüência do cumprimento do projeto, aceleram-se os trabalhos técnicos relativos ao fundo *Secretaria do Interior*, que atinge cerca de 54 metros lineares de documentos. A higienização já foi concluída e a equipe, por ora, ocupa-se com os procedimentos de definição do sistema de arranjo. O cronograma de execução, felizmente, tem sido obedecido, permitindo prever o término das atividades deste fundo para 2009.

Findos esses trabalhos, os fundos restantes, dentre eles o do *Departamento da Administração Municipal*, o da *Chefia de Polícia* e o da *Secretaria de Segurança*

e *Assistência Pública*, que totalizam em torno de mil pacotes, passarão por todas as etapas aqui descritas.

O projeto vem sendo executado sob a coordenação colegiada de Renato Pinto Venâncio (APM), Marta Eloísa Melgaço Neves (APM), Pedro de Brito Soares (APM) e Caio César Boschi (PUC Minas), tendo como consultora Ana Maria de Souza, ex-funcionária do APM. O projeto conta com a participação, desde o seu início, de 19 alunos estagiários oriundos de cursos de graduação em História, sendo 13 da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), quatro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e dois do Centro Universitário Newton Paiva, que trabalham sob a coordenação técnica das licenciadas em História e estagiárias no APM Marina Mesquita Camasca (maio/2006 – fevereiro/2008) e Daniela Flávia Martins Fonseca (a partir de março de 2008).

Para além dos notórios ganhos e da relevância social do projeto, no que diz respeito à conservação e organização dos documentos e à sua difusão e facilitação para consulta, importa realçar o fato de que ele tem revelado ser espaço privilegiado para um maior e mais sólido intercâmbio acadêmico-científico do APM com instituições de ensino superior.

#### Notas |

1 . GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2006. 166p.

**Caio César Boschi** é professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), onde dirige o Centro de Pesquisa Histórica, e autor de *O barroco mineiro: artes e trabalho* (Brasiliense), *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais* (Ática), entre outros trabalhos.

**Ana Maria de Souza** é historiadora. Foi diretora de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro e atualmente é técnica em gestão documental e analista do ICMS Patrimônio Cultural no Iepha/MG, além de consultora do projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais, 1889-1945*.